

# Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACION



## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO COMO CURSO UNIVERSITÁRIO – DÉCADAS DE 1960 E 1970

Macioniro Celeste Filho

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil.

E-mail: [marcio.celeste@fc.unesp.br](mailto:marcio.celeste@fc.unesp.br)

### Resumo

Este texto trata do surgimento dos cursos superiores de Turismo no Brasil. Para tanto, estudou-se a criação dos currículos sobre o tema no Conselho Federal de Educação e o surgimento dos cursos superiores de Turismo em faculdades privadas. Destaca-se a criação do primeiro curso de Turismo numa universidade pública brasileira no início da década de 1970, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

**Palavras-chave:** Graduação em Turismo. Escola de Comunicação e Artes. USP.

## 1 INTRODUÇÃO

Cursos universitários de Turismo são relativamente recentes, existem há três décadas. De onde se criou esta nova área acadêmica? Como surgiu um novo curso no ensino superior? Os diversos cursos superiores, alguns mais antigos, outros, nem tanto, surgiram por ação de intelectuais em momentos históricos chaves para a configuração da universidade que conhecemos. O caso específico da criação de cursos superiores de Turismo é exemplo significativo das mudanças de enfoque que os intelectuais e a sociedade atribuíram à educação, à universidade e à cultura nos anos 1960 e início da década de 1970. Este trabalho se propõe a entender como surgiram os cursos superiores de Turismo e como esta nova carreira acadêmica foi incorporada pela universidade brasileira. Este trabalho é fruto da pesquisa em História da Educação destinada a entender a configuração contemporânea dos sistemas universitários no Brasil. Para tanto, o estudo do surgimento do curso de Turismo na Universidade de São Paulo serviu de baliza para a reflexão sobre a formação profissional em cursos universitários no país. Como surgiram estas novas carreiras universitárias? A metodologia aplicada nesta pesquisa foi a de análise documental. Foram pesquisados privilegiadamente os documentos internos da Universidade de São Paulo que tratassem do tema. Pesquisou-se, também, a revista *Documenta*, órgão oficial do Conselho Federal de Educação. As entrevistas executadas tiveram caráter subsidiário à pesquisa documental.

## 2 O SURGIMENTO DO CURRÍCULO DE TURISMO

O estabelecimento do currículo mínimo para cursos superiores de Turismo ocorre em 1971. Este currículo surge dois anos depois de sua criação para cursos técnicos em turismo de nível médio. A base para o surgimento do currículo mínimo do curso superior

de Turismo foi dada pelo parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação – CFE – que normatizou a doutrina do currículo na lei. Este parecer aborda como as matérias que constituíam o currículo poderiam ser apresentadas: seriam atividades, áreas de estudos ou disciplinas; diferenciadas entre si dependendo do grau de sistematização do conhecimento produzido. Não é possível, no espaço deste texto, resumir a história da reforma universitária de fins da década de 1960; no entanto, é apropriado situar no âmbito desta reforma educacional a possibilidade de surgimento de novos currículos. Na década de 1960, é provável que não estivesse completamente claro para o Conselho Federal de Educação como tratar de currículos novos nas áreas profissionalizantes do ensino. O CFE atuava frequentemente sobre proposições concretas.

No final da década de 1960, início da década de 1970, simultaneamente à possibilidade de criação de cursos profissionalizantes de nível superior, se processa a reforma do ensino médio, que passa a fornecer obrigatoriamente formação profissionalizante. É neste contexto da reforma universitária de 1968, anterior à Lei 5.692 de 1971 de reforma do ensino médio, que é criado o currículo de Turismo. Inicialmente para um curso técnico profissionalizante de nível médio em 1969 e como currículo mínimo para cursos de nível superior em janeiro de 1971.

Em 1968, o Colégio Comercial São Judas Tadeu, sediado em São Paulo, dirige-se ao Ministério da Educação e Cultura pretendendo instituir um curso Técnico em Turismo, de nível médio. O MEC encaminha ao Conselho Federal de Educação esta solicitação devido à necessidade de ser fixado o currículo correspondente, “de vez que ainda não existe esse ramo no sistema federal”.<sup>1</sup> O Colégio São Judas Tadeu justifica a utilidade do curso no requerimento e propõe o seguinte currículo: Português, Língua e Literatura Luso-Brasileira; História Social e Política do Brasil; Geografia; Matemática; Ciências Físicas e Biológicas; Inglês; Francês; História da Arte e da Ciência; Literatura Universal; Turismo Interno e Externo; Técnica de Turismo; Administração de Empresa; Museologia; Promoção do Turismo Nacional; Educação Moral e Cívica; Educação Física; Psicologia e Relações Humanas.

O relator, Celso Kelly, favorável à criação do curso de Técnico em Turismo estabelece o currículo ligeiramente modificado.

O currículo deverá atender, no mínimo, as seguintes disciplinas: Português e Literatura de Língua Portuguesa; Geografia, e, em especial, a Geografia do Brasil; História do Brasil; Matemática; Ciências; As artes no Brasil: Artes plásticas, Arquitetura, Teatro, Música e Cinema; Técnica de Turismo; Comunicação oral, escrita e visual; Relações Públicas. Completar-se-á o currículo com: Educação Moral e Cívica; Educação Física; Inglês, Francês, Espanhol ou Italiano. Costumes brasileiros: indumentária, culinária, esportes, recreação e outros aspectos.<sup>2</sup>

No currículo aprovado nota-se a preocupação de que este curso técnico possibilitasse a comunicação, provavelmente com turistas estrangeiros. Portanto, a ênfase em uma área que não ganhara destaque na proposta do Colégio São Judas Tadeu, e a inclusão das disciplinas de Comunicação oral, escrita e visual e Relações Públicas. O relator afirma que os idiomas estrangeiros serão estudados como meios instrumentais de comunicação. No voto de Celso Kelly está justificada sua aprovação da proposta de criação do curso Técnico em Turismo:

<sup>1</sup> - *Documenta* – órgão oficial do Conselho Federal de Educação. Rio de Janeiro: MEC, nº 97, janeiro/fevereiro de 1969, p. 72. Buscou-se localizar no atual Conselho Nacional de Educação (CNE) o processo que deu origem ao parecer sobre o currículo mínimo de Turismo para cursos de nível médio. O então Secretário-Executivo do CNE, Raimundo Miranda, informou que infelizmente este processo se perdeu quando da mudança do antigo CFE do Rio de Janeiro para Brasília.

<sup>2</sup> - *Documenta*, nº 97, janeiro/fevereiro de 1969, p. 72-73.

Considero o turismo uma das modalidades mais úteis e necessárias do ensino técnico em grau colegial, a ser implantada no Brasil, em virtude das possibilidades que o país oferece, quer em suas cidades históricas, quer em seus sítios naturais, quer em suas metrópoles, quer em suas praias, sem falar dos aspectos culturais, como a arquitetura brasileira e a música popular, atrações internacionais, a carrearem correntes turísticas para o Brasil.

A grande lacuna reside na falta de elementos especializados, indispensáveis às agências de turismo, aos grandes hotéis, aos museus, aos sítios históricos, às estações de embarque e desembarque de passageiros, enfim, a instituições e entidades que devem corresponder às curiosidades e interesse dos turistas.

Em vários países do mundo, o turismo figura entre as três primeiras fontes de receita, graças a planejamento, elementos materiais e humanos.<sup>3</sup>

Este currículo de Turismo, primeiro da área no Brasil, foi aprovado pela Câmara de Ensino Primário e Médio do Conselho Federal de Educação em 3 de fevereiro de 1969.

Em fins de 1970, é debatida no Conselho Federal de Educação a elaboração do currículo mínimo para o curso superior de Turismo. A proposta inicial foi redigida, não por coincidência, pelo conselheiro Celso Kelly. Desta vez seu parecer não foi aprovado. O curso originalmente proposto foi o de Planejamento e Organização de Turismo, de nível superior, que formaria Planejadores de Turismo – termos posteriormente alterados respectivamente para Graduação em Turismo e Bacharéis em Turismo. O parecer de Celso Kelly, quando de sua discussão, gerou extensa controvérsia no Plenário do Conselho:

As razões apresentadas pelo nobre Conselheiro para a fixação do currículo mínimo de cursos com esta finalidade foram unanimemente aprovadas pela Comissão. Não obstante, o anteprojeto de Portaria Ministerial, incluindo o elenco de disciplinas e a duração que representariam as exigências mínimas para o reconhecimento desses recursos foi objeto de extensa controvérsia na Comissão e, posteriormente, no Plenário do Conselho.<sup>4</sup>

A proposta original de Celso Kelly não foi arquivada no Conselho Federal de Educação.<sup>5</sup> Ao contrário de outros cursos superiores examinados no mesmo período, em que se encontra a justificativa das disciplinas escolhidas, no caso do currículo superior de Turismo, na tentativa de conciliação dos vários pontos de vista dos conselheiros, as matérias, que podem comportar mais de uma disciplina, não são justificadas. São apenas listadas. Matérias: Sociologia; História do Brasil; Geografia do Brasil; História da Cultura; Estudos Brasileiros; Introdução à Administração; Noções de Direito; Técnica Publicitária; Planejamento e Organização do Turismo; Estágio em entidades oficiais e privadas de turismo e hotelaria.

No ensino da matéria Geografia terá ênfase a Cartografia.

No estudo da matéria História da Cultura terá ênfase a Cultura Brasileira, com especial referência às Artes.

A matéria Noções de Direito incluirá o Direito Constitucional, Direito Fiscal Alfandegário, da Legislação Trabalhista, Estatuto Jurídico do Estrangeiro e da Legislação Específica do Turismo.

A duração mínima do curso será de 1.600 horas, as quais serão integralizadas no mínimo em dois e no máximo em quatro anos.

O estágio a que se refere o item B [...] terá a duração mínima de quatro meses [...].

<sup>3</sup> - Idem, p. 73.

<sup>4</sup> - *Documenta*, nº 122, janeiro de 1971, p. 119.

<sup>5</sup> - Foi relatado pela professora Lucia Maria da Franca Rocha – UnB – que tais documentos se perderam. Seguindo recomendação do professor Francisco Aparecido Cordão, entrou-se em contato com o então Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação, Raimundo Miranda, solicitando o processo que criou o parecer em questão. A Secretaria Executiva do CNE não conseguiu localizar este processo, não sabendo informar se foi preservado.

Ao organizar o currículo pleno, a instituição responsável poderá desdobrar as matérias do currículo mínimo e acrescentar disciplinas complementares.<sup>6</sup>

Comparativamente, o currículo de nível médio havia retirado Administração de Empresa, que aparece novamente no currículo de nível superior. Neste último, destaca-se também a forte e detalhada presença de matérias de direito em detrimento de disciplinas na área de comunicação. O currículo mínimo de Turismo, de nível superior, foi aprovado em 28 de janeiro de 1971.

### 3 CURSOS DE TURISMO EM FACULDADES PRIVADAS

O Conselho Federal de Educação, em fins dos anos 1960 e início da década de 1970, teve papel significativo na expansão do ensino superior e no surgimento de faculdades isoladas privadas. Tais estabelecimentos particulares, criados por empresários da educação com a autorização do CFE, diversificaram o campo acadêmico de então, inclusive com a criação de cursos de Turismo. A reforma universitária foi normatizada pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Sob esta lei, seriam autorizados novos cursos superiores de profissões não regulamentadas ou mesmo de currículos mínimos ainda não estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação. Este Conselho fica à disposição de normatizar novos cursos conforme as iniciativas de empresários da educação.

A lei da Reforma Universitária previu que, além dos cursos correspondentes às profissões reguladas em lei, as instituições poderiam organizar outros para atender às exigências de sua programação específica, bem como às peculiaridades do mercado de trabalho. O ensino superior passaria a oferecer: a) cursos de graduação, com currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação; b) cursos de graduação sem currículo mínimo fixado, visando atender a programação específica da universidade ou às necessidades do mercado de trabalho. (LEI 5540/68, ART. 18).<sup>7</sup>

É nesse contexto de possibilidade de criação de “cursos de graduação sem currículo mínimo fixado, visando atender [...] às necessidades do mercado de trabalho”, que a Faculdade Morumbi<sup>8</sup> cria seu curso superior de Turismo em 1970, sendo que o estabelecimento do currículo mínimo para cursos superiores de Turismo é de 1971, conforme visto anteriormente.

Maria Genny Caturegly analisou em seu mestrado *O ensino de Turismo e os agentes de viagens*: as realidades de Madrid, Roma e São Paulo (CATUREGLY, 1990) Neste estudo comparativo, a autora destaca a originalidade da criação de cursos superiores de Turismo no Brasil já em 1970. Segundo Maria Genny Caturegly, os países por ela estudados, na década de 1970, só possuíam cursos de turismo como técnicos profissionalizantes de nível médio. A autora buscou esclarecer os motivos do surgimento de um curso pioneiro como este, entrevistando o responsável pela criação do primeiro curso de Turismo no Brasil, o da Faculdade Morumbi, Prof. Gabriel Mário Rodrigues. Segue a transcrição da parte inicial da entrevista, onde é abordado o surgimento do curso:

<sup>6</sup> - *Documenta*, nº 122, janeiro de 1971, p. 120.

<sup>7</sup> - Lúcia Maria da Franca Rocha. *A expansão do ensino superior e o Conselho Federal de Educação*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1984, p. 83.

<sup>8</sup> - Atual Anhembi-Morumbi, na cidade de São Paulo.

**Prof. Gabriel Mário Rodrigues:** Em 1970, houve uma abertura para os cursos superiores no Brasil. As universidades públicas não conseguiam atender a demanda; havia um número muito grande de alunos excedentes e devido à política governamental da época, do então Ministro da Educação e atual Senador Jarbas Passarinho, foi possibilitada, através do Conselho Federal, a abertura de cursos universitários, a fim de atender essa demanda. Tudo começou em 1968. Naquela época, eu estava indiretamente ligado à área do ensino. Havia sido professor primário e depois de ginásio e dava assessoria ao Colégio Pio XII onde minhas filhas estudavam. Percebi, então, a possibilidade de iniciar atividades no ensino superior como uma oportunidade que se abria. Sou arquiteto, e minha ideia era de abrir um curso de arquitetura. Juntamente com alguns amigos procuramos um prédio e formalizamos o pedido de abertura ao Conselho Federal de Educação. Já era 1970. O prédio estava sendo construído e o alugamos a partir de 1971. No final de 1970, conversamos com a Irmã Hilda, do Colégio Pio XII, ela indagou por que não abríamos um curso técnico de turismo. Enquanto montávamos o processo do curso de arquitetura, fizemos uma pesquisa para verificar o interesse que um curso técnico de turismo despertaria. O resultado foi o de que havia um enorme contingente de interessados, mas todos já haviam terminado o curso colegial. Havia, também, a explosão de cursos novos, as mulheres estavam voltando aos bancos universitários, após terem criado os filhos, etc. Foi neste momento que tivemos a ideia de um curso superior de turismo, após perceber que o público tinha interesse nesse nível (CATUREGLY, 1990, p. 115-116)

A *Documenta* é mais precisa quanto às datas:

No segundo semestre de 1970, a Faculdade de Turismo do Morumbi, da Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, iniciou suas atividades letivas, como ensino livre, uma vez que ainda não havia sido fixado o currículo mínimo do curso de turismo, por este Conselho. Em 19/02/71, a interessada remeteu à apresentação do CFE proposta de currículo mínimo, expediente protocolado sob o nº 100.804/71.

Em 28/01/1971, o CFE já havia aprovado o Par. 35/71 (homologado pelo Ministro em 26/04/71), que fixa a duração e o currículo mínimo do curso superior de turismo.

Tomando conhecimento desse fato, a interessada requereu, de imediato, a indispensável autorização para o funcionamento do curso (Proc. 1629/71). O curso, entretanto, prosseguiu suas atividades, em regime livre, havendo, pois, alunos que já venceram 3 semestres letivos.<sup>9</sup>

Como dado significativo deste parecer, constata-se que a verificação prévia da possível autorização foi executada, entre outros, pelo Prof. Antônio Guimarães Ferri, Diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP.

É curioso notar que, embora seja a primeira faculdade a criar o curso superior de Turismo, a Faculdade de Turismo do Morumbi não é a primeira a ser autorizada a ministrar tal curso pelo Conselho Federal de Educação. Apenas um mês antes do parecer acima mencionado, a *Documenta* traz a autorização para o início do curso de Turismo da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, parecer nº 41/72, aprovado em

<sup>9</sup> - *Documenta*, nº 135, fevereiro de 1972, p. 25.

13/01/1972.<sup>10</sup> Assim, com diferença de alguns meses, começam os cursos superiores de Turismo no Brasil, ambos de forte influência espanhola, país onde cursos de turismo eram oferecidos como cursos técnicos de nível médio.

A influência espanhola não era notável em outras áreas acadêmicas. Esta influência no Turismo teve por motivo a procura de um intelectual espanhol, Domingo Hernandez Peña, para a elaboração do curso da Faculdade de Turismo do Morumbi; e pela nacionalidade espanhola do criador do curso de Turismo na Faculdade de Letras e Ciências Humanas Ibero-Americana, Julio García Morejón. Este professor formou-se em Filologia e Letras na Universidade de Salamanca na Espanha. Foi o primeiro diretor da ECA-USP e deixou este cargo para criar sua própria faculdade.

#### 4 A CRIAÇÃO DO CURSO DE TURISMO NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Na segunda metade da década de 1960, ocorreram na USP duas alterações em seu grupo de faculdades que podem não estar diretamente relacionadas, mas que apontam na direção proposta por Marilena Chaui. A primeira é a criação em 1966 da Escola de Comunicações Culturais – seu nome foi mudado para Escola de Comunicações e Artes em 1970. A segunda, em 1969, o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em diversos institutos e faculdades separadas.

Um dos poucos estudos que existem sobre a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) é de Maria Helena Pires Martins. A autora resume a história da criação da ECA:

Em 1965, bem no meio da década e logo após o Golpe de 64, o então reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Gama e Silva, delegou a responsabilidade da estruturação de uma nova faculdade a uma comissão de dez professores. Os trabalhos dessa comissão resultaram na criação da Escola de Comunicações Culturais, através do decreto nº 46419 de 16/6/1966, tendo como padrinhos, assinando o documento, o governador do Estado Laudo Natel, o secretário da Fazenda Antônio Delfim Netto e o reitor Luís Antônio Gama e Silva.

De acordo com o artigo 2 do mesmo decreto, a Escola teria dupla finalidade: “1 - formar pessoas habilitadas ao exercício das profissões técnico-artísticas e de magistério no campo das comunicações culturais; 2 – promover, incentivar e divulgar, ao mesmo tempo, a cultura e a pesquisa”. Para tal, o artigo 3 relaciona os cursos que, inicialmente, serão oferecidos: Jornalismo, Rádio e TV, Arte Dramática, Cinema, Biblioteconomia, Documentação e Relações Públicas.

E, grande pasmo, o crédito aberto de quinhentos milhões de cruzeiros (US\$ 227.000) para as despesas de instalação e funcionamento da nova Escola saiu do superávit de exercícios anteriores da Universidade. Já houve tempo em que sobrava dinheiro na área de educação (MARTINS, 1988, p. 15).

A autora chama a atenção para que a criação da ECA-USP não se deu originalmente como escola de comunicação e artes e sim como comunicações culturais. Teatro e TV não sendo propostos conceitualmente como arte, mas como meios de comunicação de massas. Segundo a autora, a criação da ECA demonstra que, para alguns

<sup>10</sup> - *Documenta*, nº 134, janeiro de 1972, p. 94-97.

intelectuais da USP, a formação de pessoas para a manipulação dos meios de comunicações em uma sociedade de massas passa a ser responsabilidade da Universidade.<sup>11</sup> O objetivo da ECA-USP seria de preparar profissionais técnicos de informação.

Segundo a autora, é em 1970 que o Conselho Federal de Educação decide impor o currículo mínimo para todas as escolas de Comunicação Social, havendo grande alteração na ECA-USP. A reforma, desde 1968, regulamentou a carreira universitária através da titulação acadêmica. Para a ECA isto gerou conflitos, pois os professores “que têm competência para lecionar muitas disciplinas artísticas não têm, com raríssimas exceções, títulos acadêmicos uma vez que sua profissão artística, extra-universidade, não o exige”.<sup>12</sup> Para a autora isto teve como consequência o afastamento da área de Artes do poder dentro da ECA.

É necessário situar o papel da ECA num horizonte mais amplo da Universidade de São Paulo. Nestor Goulart Reis Filho, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, membro do Conselho Universitário da USP quando do processo de criação do curso de Turismo, foi o único a pedir vistas a este processo. Ele foi entrevistado e seu depoimento ajudou a compreender o papel da ECA na universidade. Questionado sobre as reações da universidade ao que se desenrolava na ECA, o professor afirmou:

**Nestor Goulart Reis Filho:** A ECA foi criada pelo Gama e Silva e aquilo foi feito meio na valentona. Foram colocando tudo que não cabia em outras na ECA. A ECA ficou até hoje como uma colcha de retalhos. A universidade resistiu, pois ela foi formada também como uma colcha de retalhos. As escolas tradicionais, as três tradicionais, eram muito ciosas com as suas áreas. Direito era uma escola federal, pouca gente sabe disto. Os primeiros professores da Faculdade de Direito na USP tinham dois salários, o estadual e o federal. Eles não deixaram de ser funcionários federais. Eles tinham medo de deixar de receber o salário da USP ou foi uma tradição política. Para não fugirem a isto, eles ganhavam dois salários. A USP pagava um segundo salário. Então eles não resistiram à tentativa. A Medicina era estadual, a Politécnica era estadual. Mas a Faculdade de Direito era federal. Existia muita ciúmeira. Quando se fez a cidade universitária, o Prof. Camargo, que liderava a Poli – era professor de matemática – declarou no Conselho Universitário que ia passar uma cerca de arame farpado e ninguém ia entrar mais na área da Politécnica. Ele não queria ter uma escola administrada junto com as outras. Eram escolas com tradição de uma seriedade muito grande e que não queriam abrir mão de seus padrões. É muito difícil culpar isto. A esta altura vêm escolas mais flexíveis. Primeiro vem Economia, depois FAU, depois ECA. São recebidas com desconfiança. Todas. Porque ampliavam na área de humanas com propostas que pareciam coisas muito vagas e não universitárias.

Esta discussão é internacional. Arte não entrava na universidade européia. É um instituto à parte. Na tradição francesa-napoleônica, as escolas técnicas não pertenciam e não pertencem à universidade, são separadas. O formato universitário ainda é objeto de discussão e foi mais. Quando vêm escolas de aplicação, as escolas da velha guarda oferecem resistência.

A ECA foi criada pelo Gama e Silva, pessoa que se estivesse viva, a gente poderia dizer na cara dele, o quanto ele era um indivíduo desagradável.

<sup>11</sup> - Idem, p. 21.

<sup>12</sup> - Idem, p. 31-32.

Então a ECA carregou de início o peso de ter sido criada sob influência do Gama e Silva. Certas coisas que vinham da ECA naturalmente causavam estranheza nas pessoas. Os pobres coitados dos professores e dos alunos não tinham culpa nenhuma disso, mas pagaram o preço de um aliado inicial daqueles, que realmente não gozava das simpatias da USP. Sabe o que é ser o terceiro nome numa lista tríplice? Às vezes, se põe porque ele é tão ruim que se espera que jamais seja nomeado. O Gama e Silva foi posto na lista porque ele era tão ruim que se esperava que o governador não o nomeasse. Como ele não queria os dois primeiros, que eram muito bons, mas não eram do agrado do governador Ademar de Barros, ele nomeou o Gama e Silva, que cassou muitos professores em caráter exclusivamente pessoal. Tudo aquilo que fosse um pouco estranho e viesse da ECA, parecia coisa do Gama e Silva. Não se podem desconhecer estas posições tópicas.<sup>13</sup>

A ECA teve como seu terceiro diretor o Prof. Manuel Nunes Dias. Para Maria Helena Martins, este período de 1972 a 1976 foi o mais crítico da escola. Manuel Nunes Dias atuou como interventor da reitoria na ECA. Embora fosse professor titular de História da América na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sua formação de graduação era em Direito pela USP e Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Segundo a autora, Manuel Nunes Dias usou da tática de intimidação a fim de acabar com o trabalho independente que era desenvolvido na ECA:

Manoel Nunes utilizou-se de todos os recursos contra os professores: medidas disciplinares, processos, sindicâncias, denúncias, reprovação em exames e as cassações brancas, ou seja, a não renovação do contrato de trabalho de vários professores. Criou-se, assim, um clima de terror, de desconfiança com relação aos colegas, aos alunos, aos funcionários. Enfim, não se sabia nem quem era quem, nem de que lado cada um estava. As “visitas” da polícia, agora, chegavam até a sala da diretoria, para apresentar-lhe cumprimentos ou para troca de informações, pois contava com seu aval na ação repressiva (MARTINS, 1988, p. 33)

O primeiro diretor da ECA foi o Prof. Julio García Morejón, que deixou o cargo e criou a Faculdade Ibero-Americana. O segundo diretor foi o Prof. Antônio Guimarães Ferri. Ele é o criador do curso de Turismo da ECA, objeto de análise posterior.<sup>14</sup> O terceiro diretor da ECA foi o Prof. Manuel Nunes Dias. Durante sua administração, o curso de Turismo efetivamente iniciou seu funcionamento. Para entender o clima na ECA sugerido por Maria Helena Martins, o Prof. Manuel Nunes Dias foi entrevistado. Ele descreveu o início de sua administração da ECA como difícil, devido à movimentação grevista:

**Manuel Nunes Dias:** Por que eu fui para a ECA? Eu sucedi o Antônio Guimarães, que foi um grande diretor, mas era um veterinário. E agora foi um historiador? Não. Eu era um jornalista. Eu tinha o curso da Cásper Líbero. Escrevia em jornais como o *Correio Paulistano* e a *Gazeta*. Mas eu não dou muito valor a isto. Acho que o diretor da unidade não precisa nem ser professor, tem que ser administrador. [...]

<sup>13</sup> - Entrevista gravada com o Prof. Nestor Goulart Reis Filho em 30 de outubro de 2001.

<sup>14</sup> - Foi tentada entrevista com o Prof. Julio García Morejón; entretanto, este professor não conseguiu espaço em sua agenda. Infelizmente, o Prof. Antônio Guimarães Ferri, personagem-chave nesta história, já faleceu.



Nos primeiros dois ou três meses teve uma crise muito grande na ECA. [...] Foi em 1973, ainda havia aquele enevoado do regime militar. Então a universidade brasileira entrou em greve. (...) Na USP, os políticos atuantes escolheram a ECA. Por que a ECA? Porque a ECA tem meios de comunicação. Tem rádio, tem televisão, tem jornalismo, o que as outras não têm. Então, da Economia, o grupo organizador da greve passou para a ECA, para fechar a universidade. Mas não contou com a resistência. Não sou fascista, não sei quem eu sou. A lei tem que ser obedecida, mesmo a lei errada. É proibido estacionar. Se eu estacionar, estou sujeito a uma multa. [...] Eu me lembro que a revista *Veja* publicou a minha fotografia. Eu entrando na ECA e os cartazes: Abaixo, abaixo o Nunes! Eu sabia que aquilo não era contra mim. Muitos alunos perderam o ano por causa disso. Perderam o ano por faltas. Eu não ia renunciar, não ia sair. Depois de três meses a coisa começou a se esvaziar.<sup>15</sup>

Não se pretende aqui confrontar memórias dos episódios grevistas da ECA. Almeja-se apenas dar uma idéia do clima estabelecido naquela escola no início da década de 1970. Como ressaltou Nestor Goulart dos Reis Filho, ter como fundador a figura do reitor Gama e Silva, futuro Ministro da Justiça que assinaria em 1968 o famigerado AI-5, não trazia muito prestígio à ECA. Maria Helena Martins e Manuel Nunes Dias concordam em alguma coisa: o convívio na ECA entre professores, alunos e direção não era harmonioso, para dizer o mínimo, em 1973, ano em que a ECA iniciou o seu curso de Turismo.

A ECA constituiu sua congregação para discussão de assuntos internos em 1975. Até este ano, o Conselho Universitário da USP exercia a função de congregação daquela escola. A criação do curso de Turismo, no início daquela década, portanto, não teve sua discussão registrada em atas da congregação. Na pesquisa das atas do Conselho Universitário sobre o tema aqui tratado encontra-se apenas a menção “amplamente debatido”, porém sem registrar textualmente nem fragmentos dos debates. Existe documentação escassa nos arquivos da reitoria. Os debates conceituais, epistemológicos e acadêmicos sobre a criação de um curso novo numa faculdade nova até para a própria USP devem ter sido registrados nas reuniões do Departamento de Relações Públicas e Propaganda, onde este curso foi criado. Infelizmente, os documentos da ECA que trataram da criação do curso de Turismo se extraviaram. Ao tratar deste tema, esta pesquisa utilizou-se dos documentos encontrados na reitoria da universidade e de entrevistas com testemunhas dos acontecimentos da ECA.

Dois dos personagens de destaque na história da criação do curso de Turismo da USP foram o Prof. Antônio Guimarães Ferri – segundo diretor da ECA – e a Sra. Célia Portugal Matta – secretária do departamento da ECA onde o curso de Turismo foi criado. Em entrevista, Célia Portugal Matta relata:

Eu havia participado da criação dos nove Institutos Universitários. Tinha muito relacionamento com todos os diretores dos Institutos. Isto quando foi desmembrada a Faculdade de Filosofia na Maria Antonia. Foram criados nove Institutos Universitários. Eu era da comissão e foi com o Sr. Arquimedes Logan que criamos a assessoria administrativa em que funcionavam todos estes institutos. Quando a ECA foi criada, o [Antônio Guimarães] Ferri me chamou para a ECA, pois o Ferri tinha sido meu paraninfo de formatura no curso de Relações Públicas do DEA – Departamento Estadual de Administração.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> - Entrevista gravada com o Prof. Manuel Nunes Dias em 28 de novembro de 2001.

<sup>16</sup> - Entrevista gravada com a Sra. Célia Portugal Matta em 17 de dezembro de 2001.

Não existe relação direta entre o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a criação de novos cursos na Escola de Comunicação e Artes. Entretanto, foi na criação dos Institutos, que deveriam substituir grande parte da antiga Faculdade de Filosofia, que Célia Portugal Matta obteve experiência administrativa relevante. Esta funcionária será convidada pelo Prof. Antônio Guimarães Ferri para trabalhar na ECA, ganhando grande importância nesta escola como secretária do departamento de Relações Públicas e Propaganda. Antônio Guimarães Ferri e Célia Portugal Matta são dois dos protagonistas principais na criação do curso de Turismo na USP.

Como foi tratado anteriormente, o primeiro curso superior de Turismo foi criado, no segundo semestre de 1970, na Faculdade de Turismo do Morumbi. Em 28/01/1971, o Conselho Federal de Educação aprova o currículo mínimo para o curso superior de Turismo. Este currículo é homologado em 26/04/71 pelo Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho. Em 19/02/71, a Faculdade de Turismo do Morumbi envia ao Conselho Federal de Educação solicitação de autorização de seu curso. Um dos especialistas convidados para a verificação prévia da possível autorização deste curso é Antônio Guimarães Ferri, diretor da ECA. Pode-se notar que o desenlace decisivo para a criação do curso superior de Turismo ocorre entre fins de 1970 e o ano de 1971.

O encontro de interesses favoráveis à criação deste novo curso por parte do Ministro Jarbas Passarinho e do Prof. Antônio Guimarães Ferri foi determinante para a criação desta nova carreira universitária na Escola de Comunicação e Artes da USP, da qual o Prof. Ferri era o diretor. Célia Portugal Matta descreveu esta convergência de interesses ao relatar o encontro de Jarbas Passarinho e Antônio Guimarães Ferri em julho de 1971. Este encontro ocorreu na Assembléia Legislativa de São Paulo durante a abertura do Primeiro Congresso Nacional de Propaganda.

**Célia Portugal Matta:** Eu me encontrava prestando serviço na APP [Associação dos Profissionais de Propaganda], no que seria depois o curso de Propaganda e Marketing. Aí nós fizemos o Primeiro Congresso Nacional de Propaganda. A abertura foi na Assembléia Legislativa. O Jarbas Passarinho veio abrir o Congresso. Eu secretariava este Congresso. No camarim da Assembléia Legislativa, o Jarbas Passarinho chegou para o Dr. Ferri e disse assim:

– Oh Ferri, você faz ou não faz o curso de Turismo na USP?

Ele respondeu assim:

– É a Célia que está inventando esse negócio de Turismo.

Aí, eu chamei o Valter de Oliveira que estava lá e ia fazer parte da mesa também. Chamei o Mário Beni, que ministrava no curso de Relações Públicas e Propaganda [da ECA] a disciplina de Turismo e Desenvolvimento. Juntou-se o Prof. Modesto Farina; o Prof. Cândido Teobaldo de Souza Andrade, ambos do departamento de Relações Públicas e Propaganda [da ECA]. Ali, nós cinco reunidos fizemos o plano do curso.

O Jarbas Passarinho disse assim:

– Vocês têm um mês para me mandar o currículo para Brasília.

Aí pronto, nós providenciamos isto nos dias seguintes, quando acabou o Congresso de Propaganda. [...]

Pois bem, aí nós fizemos o roteiro do que seria o curso. Antes de um mês, eu levei para o Jarbas Passarinho um documento rascunhado, no gabinete dele, de Ministro da Educação. Eu voltei para São Paulo com o

rascunho já mais ou menos rabiscado do que eu tinha levado. Foi aí que o Ferri instituiu uma comissão para criar o curso de Turismo e criou lá na ECA o primeiro curso de Turismo em nível universitário.<sup>17</sup>

Um dos motivos para explicar as ligações entre Propaganda e Turismo, tanto no Departamento da ECA onde o curso de Turismo foi criado, quanto no Primeiro Congresso de Propaganda, onde foi discutido por Jarbas Passarinho e Antônio Guimarães Ferri, foi o sucesso do seminário de Turismo na APP. Este seminário ocorreu anteriormente ao encontro descrito acima:

**Célia Portugal Matta:** O Prof. Valter de Oliveira, que era diretor de atendimento da Varig, e o Venâncio, que era Guia de Turismo, me pediram na USP, onde eu era profissional de Relações Públicas e organizava os eventos na universidade, para fazer o seminário na rua 24 de Maio sobre Turismo e Desenvolvimento na APP – Associação dos Profissionais de Propaganda. Era para vinte ou trinta pessoas discutir sobre turismo. Vieram duzentos e tantos inscritos! E foi aí que o Prof. Ferri, diretor da ECA, onde eu trabalhava, o Prof. Modesto Farina e o Prof. Mário Beni falamos: vamos fazer o curso de Turismo na USP.<sup>18</sup>

Para conseguir maiores informações sobre o encontro com Antônio Guimarães Ferri no Congresso da APP, entrevistou-se o ex-ministro Jarbas Passarinho:

**Pergunta:** Eu sou pesquisador da área de História da Educação da PUC de São Paulo. Estou pesquisando o surgimento dos cursos superiores de Turismo. São cursos inéditos criados na década de 1970. Conversando com a Sra. Célia Portugal Matta, que trabalhou durante décadas na USP, onde surge o primeiro curso universitário, ela disse que o curso foi criado a partir de uma conversa do senhor com o Prof. Antônio Guimarães Ferri.

**Jarbas Passarinho:** Exatamente.

**Pergunta:** O senhor se recorda?

[...]

**Jarbas Passarinho:** [...] Eu me lembro bem da conversa com o Ferri, quanto a isto não há dúvida nenhuma.

**Pergunta:** Ela me disse que foi o pontapé inicial.

**Jarbas Passarinho:** É, exatamente. [...]

**Pergunta:** Eu peço desculpas em incomodá-lo nesta época de Natal para perguntar uma coisa tão restrita, mas como isto não está na documentação escrita, foi a partir do depoimento da Sra. Célia Portugal Matta, achei melhor confirmar com o senhor, pois depois eu escrevo alguma coisa que não é verdadeira...

**Jarbas Passarinho:** Isto aí está certo. [...]

**Pergunta:** No caso do curso de Turismo, como não existia em nenhuma outra parte do mundo, eu fiquei pensando: existia alguma determinação a partir da experiência que o senhor conheceu em algum outro lugar, ou o senhor solicitou ao Prof. Ferri a partir de expectativas da época?

**Jarbas Passarinho:** A idéia, eu aderi a ela. A idéia foi do Ferri. Ele combinou comigo, mostrou, eu estava entusiasmado em qualquer tipo de

<sup>17</sup> - Idem.

<sup>18</sup> - Idem. O Prof. Mário Beni foi entrevistado para esta pesquisa. Tentou-se entrevistar o Prof. Modesto Farina, mas ele estava com graves problemas de saúde, impossibilitando tal contato.

idéia nova que pudesse ter resultado acadêmico. Lembro-me bem que foi esse o início realmente. [...]

**Pergunta:** Eu comecei levantando a documentação...

**Jarbas Passarinho:** O senhor queria a minha comprovação, não é?

**Macioniro Celeste Filho:** É, para não escrever alguma coisa inverossímil.

**Jarbas Passarinho:** Pois não, professor.

**Macioniro Celeste Filho:** Ok, então...

**Jarbas Passarinho:** Muito obrigado. Muita alegria de vê-lo também.

**Macioniro Celeste Filho:** Muito obrigado. Feliz Natal!<sup>19</sup>

Esta parte da história não está registrada na documentação oficial arquivada na reitoria da USP. Mesmo assim, consta oficialmente que o processo de criação do curso de Turismo da USP se iniciou com uma interferência externa à universidade.

Em 1971, o Conselho de Turismo da influente Confederação Nacional do Comércio organizou um grupo de trabalho para examinar o ponto de vista da Confederação sobre o ensino de turismo em nível universitário. Este grupo foi presidido por Corinto de Arruda Falcão, tendo como relator Celso Kelly, conselheiro do CFE que havia estabelecido em 1969 o currículo mínimo de cursos secundários de Turismo. Este conselheiro foi também quem apresentou, em 1971, no CFE a proposta original do currículo mínimo para cursos superiores de Turismo (par. 35/71), embora sua proposta tenha sido alterada. Em 27/09/71, Corinto de Arruda Falcão envia carta ao reitor da USP, Miguel Reale, sugerindo a criação do curso superior de Turismo naquela universidade:

Tendo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura homologado o douto parecer (par. 35/71) sobre a matéria, já é possível cogitar-se da organização do Curso Superior de Turismo nas Universidades do País.

Assim, rogamos a Vossa Magnificência, considerando a importância do assunto para o desenvolvimento da economia nacional, que haja por bem determinar seja considerada a oportunidade de diversificar as atividades dessa prestigiosa Universidade, instalando o Curso Superior de Turismo, cuja repercussão será, indiscutivelmente, a mais favorável no seio da comunidade dessa progressista unidade da Federação.<sup>20</sup>

A Confederação Nacional do Comércio tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro, principal pólo turístico do Brasil. As atividades educacionais de Celso Kelly também se concentravam naquela cidade. Não se conhece se solicitação análoga à destinada à USP foi encaminhada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas esta, ao reitor da USP, prosperou.

Em 06/10/71, a reitoria encaminha a carta da Confederação Nacional do Comércio a Antônio Guimarães Ferri, diretor da ECA, que por sua vez, solicita o pronunciamento do departamento de Relações Públicas e Propaganda. Em 13/04/1972, Antônio Guimarães Ferri envia ao reitor a carta de proposta do curso com seu respectivo currículo.

Em julho de 1972, o Conselheiro Roque Spencer Maciel de Barros, escolhido pela Câmara de Graduação para relatar o processo da criação do curso de Turismo, devolve este processo à ECA alegando que ela havia desistido de um novo vestibular específico. Portanto, a ECA deveria encaminhar novamente este processo para inclusão deste novo

<sup>19</sup> - Entrevista gravada com o ex-ministro Jarbas Passarinho em 19 de dezembro de 2001.

<sup>20</sup> - Processo da Reitoria da USP – RUSP – nº 24.808/71, p. 1.

curso para o ano de 1973. “O assunto deverá figurar na estrutura curricular da escola para 1973, quando então será certamente examinado pela Câmara [de Graduação]”.<sup>21</sup>

A ECA toma conhecimento de que o processo encaminhado à reitoria fora refutado e reinicia os procedimentos para criação do curso de Turismo, gerando novo processo, de nº 33.039/72. Deve-se destacar uma mudança importante para o bom desempenho burocrático deste novo processo: Antônio Guimarães Ferri deixa a diretoria da ECA e ocupa o cargo de Coordenador da Câmara de Graduação do CEPE. Os ofícios em nome da ECA são assinados agora pelo seu novo diretor, o Prof. Manuel Nunes Dias, e encaminhados na Câmara de Graduação do CEPE à reitoria pelo seu novo coordenador, Antônio Guimarães Ferri. As aulas do curso de Turismo iniciaram-se efetivamente na ECA em agosto de 1973 como currículo opcional aos alunos do curso de Comunicação. Em 18/10/73, Antônio Guimarães Ferri, coordenador da Câmara de Graduação, propõe ao reitor Miguel Reale que este novo curso seja examinado pelo Conselho Universitário<sup>22</sup>; seu pedido é atendido. Em 07/12/73 o conselheiro Nestor Goulart Reis Filho da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) solicitou vistas ao processo. Como este foi o único conselheiro que interferiu diretamente no andamento do processo no Conselho Universitário, foi de grande importância entrevistá-lo:

**Pergunta:** Quando peguei a documentação da universidade, a única coisa que sai de um processo administrativo normal, é quando o ex-diretor da ECA, que era o Antônio Guimarães Ferri, pede para que o processo de reconhecimento do curso de Turismo seja averiguado pelo Conselho Universitário; estava tudo mais ou menos coerente – o curso começou a ser ministrado no segundo semestre de 1973 – aí, em 7 de dezembro de 1973, o senhor pede vistas ao processo. Isso ficou um buraco na minha pesquisa. É melhor falar com o senhor para saber o que ocorreu.

**Nestor Goulart Reis Filho:** Eu estava tentando entender como seria montado na universidade e com quais objetivos, algo com interfaces com vários setores. Porque algumas áreas como esta, elas terminam por envolver não só a área de economia, de administração, área de cultura. Enfim, eu estava tentando entender como é que se montaria um curso de Turismo. Não seria obviamente viajando. Então, qual seria a prática? Quais seriam os fundamentos do curso? Na ocasião, para mim, isto ainda estava nebuloso. Eu queria entender como é que a universidade iria montar isto. Só por isto é que eu pedi vistas para poder entender. Depois eu devolvi o processo. Inclusive, que eu me lembre, conversei com o Mário Beni.

**Pergunta:** Eu vi. Depois de onze meses, em novembro de 1974, o senhor devolve, dizendo que havia conversado com o Mário Beni, mas também diz que os esclarecimentos que o senhor pediu não foram atendidos.

**Nestor Goulart Reis Filho:** Não foi o único caso. A universidade tem que fazer ajustes face às dificuldades da sociedade. Respondendo às dificuldades que ocorrem em todos os âmbitos sociais. Havia dúvidas sobre este e outros casos no Conselho que se deviam à preocupação de se pensar duas vezes sobre o modo de fazê-lo. Em primeiro lugar, uma dúvida: por que na Escola de Comunicação e Artes e não na Administração? Por que não na Geografia e História? Estava-se com

<sup>21</sup> - Processo RUSP nº 24.808/71, verso da p. 11.

<sup>22</sup> - Processo RUSP nº 33.039/72, p. 195-196.

dúvidas deste tipo. Por outro lado, ainda estava se começando a se organizar setores interdisciplinares. A reforma universitária era recente: 1969, aplicada a partir de 1970. Com a reforma, por um lado, as unidades foram divididas em departamentos e que não podiam se repetir. Todos os departamentos de economia foram reunidos na Faculdade de Ciências Econômicas [atual FEA], e assim por diante. Então, por um lado houve esse enrijecimento. Por outro lado, começou a haver uma liberdade de remanejamento dos currículos. Então, era possível rapidamente atender as mudanças objetivas. E ainda não era muito claro como isto ia funcionar na nova estrutura.

**Pergunta:** O regimento da USP é de 1972...

**Nestor Goulart Reis Filho:** 1972, então, um curso, uma área muito vaga como Turismo... A pergunta que se tinha necessariamente era onde? Por que na ECA? Turismo é uma forma de comunicação? Na verdade não era bem isso, mas ia envolver partes de Relações Públicas, parte de Administração. Era difícil entender inclusive o papel que o curso teria dentro da ECA, mas a ECA absorveu muita coisa que ainda não estava clara. Eu acho que isto ainda não é muito claro dentro da USP. Entretanto, o que aconteceu e está acontecendo é que ao longo da segunda metade do século XX, até agora pelo menos, o turismo foi se caracterizando como o setor de maior movimentação comercial entre todos os setores econômicos, até mais que o petróleo. Envolvendo quantias gigantescas em escala mundial. Com uma composição extremamente complexa que envolve uma fatia de transporte aéreo, transporte terrestre, hotelaria, câmbio, uma quantidade enorme de setores. Isso necessariamente levou à preocupação de formas adequadas, especializadas, para respostas de um setor econômico que é importante. Que naquela época, no Brasil, era muito frágil. Se eu bem me lembro, não existia a Embratur ou ela estava sendo criada.

Então, o que eu estava querendo entender era o modo pelo qual a universidade estava disposta a fazer isto. Foi ao Conselho o projeto da ECA e eu queria conversar com a pessoa que eu conheço e que estava dentro da área, para entender como isto estava sendo feito. Eu acho que não se pode votar no Conselho Universitário alteração dos cursos da universidade sem se entender como funciona a novidade.

**Pergunta:** O senhor foi o único a pedir vistas...

**Nestor Goulart Reis Filho:** Pois é, eu sempre fui meio teimoso com estas coisas no Conselho. Com a primeira fundação da USP, que foi a da Engenharia Eletrônica, na Poli, o reitor era o Prof. Miguel Reale. Ele formulou juridicamente a novidade. Se você for procurar na pasta, vai ver que eu insisti que deveria ter uma só, para a USP toda, como hoje é a FUSP. Porque dentro de trinta anos nós teríamos pelo menos quarenta fundações na universidade, e é o que está acontecendo. Porque com a sua disparidade e a falta de uma política geral, estamos vendo uma série de ações por parte de vários setores da universidade contra esta situação. Porque não era claro para mim o modo pelo qual este problema ia ser resolvido.

Eu não podia votar contra, não acho correto, e impedir as pessoas de introduzirem inovações, mas ao apoiar as inovações, eu quero discutir o modo pelo qual elas são introduzidas. É para ganhar em flexibilidade do lado do ensino e permitir um ajuste rápido diante da prática, que é o que acontece.

O Turismo ainda é um setor caixa preta. Do ponto de vista de formação técnica, é um setor caixa preta. Eu tinha em vista, por exemplo, o

procedimento usado pelos anglo-saxônicos na área de biblioteconomia, e outras. Em que não existe o curso de biblioteconomia na graduação. Ele existe na pós-graduação como uma qualificação do profissional da área. Não se pode supor que a bibliotecária seja competente na área de arquitetura. Supõe-se que o bibliotecário seja formado em arquitetura e depois faça um ano de biblioteconomia porque é uma técnica, como é o jornalismo científico ou o jornalismo especializado no setor cultural. Evita-se esta bobagem que só os jornalistas podem escrever em jornal. A idéia é que o indivíduo faça um curso para desenvolver sua prática em cima de um campo de conhecimento. Pelo menos, esta alternativa deveria existir. Pensei que na área de Turismo, o Turismo em si pudesse ser um curso de pós-graduação ou de especialização para indivíduos formados em outras áreas. Porque isto ainda é uma caixa preta. Ou nós podemos pensar em duas maneiras de se formar as pessoas.

Uma área complexa sempre propõe estas questões para a gente. Por isso eu pedi vistas. Eu não sabia bem. Depois eu vi o Mário Beni, daí eu me convenci que eles da área estavam achando que era por aí, eu não quis atrapalhar. Não é porque eu tenho dúvidas que os outros não vão trabalhar. Quem começa a fazer, que façam. É muito mais fácil resolver as dúvidas que eu levantei. Não fazendo, certamente elas não vão ser resolvidas nunca. Eu sou um profissional de área aplicada.

Turismo, que não é uma forma de comunicação, certamente não é, mas, afinal, se arquitetura está na área de ciências humanas... Nós, arquitetos, não podemos reclamar deles. Com todo o meu encanto pelas ciências humanas! Mas isto sou eu, não é a arquitetura. Meus colegas têm que sentar todos os dias em frente das pranchetas e fazer projetos. Por isto é que se chama área aplicada. É como dentista, se ele parar de cuidar de nossos dentes para discutir teoria, nós vamos ter dor de dentes. Não dá para separar uma área de aplicação da sua prática.<sup>23</sup>

Em 07 de novembro de 1974, Nestor Goulart Reis Filho devolve o processo:

Magnífico Reitor

Nosso objetivo, ao pedir vistas do presente processo, foi e continua sendo, opinar sobre a organização do Curso de Turismo.

Todavia, em contato com o Prof. Beni, da ECA, tomamos conhecimento da existência de informações adicionais, que aquele professor ficou de nos fornecer, para melhor fundamentação de nosso parecer.

Considerando o tempo decorrido, sem que fosse possível providenciar tais informações, julgamos conveniente devolver o processo a essa Reitoria, para não dificultar sua tramitação, na parte referente a outros cursos.<sup>24</sup>

É consenso na Escola de Comunicações e Artes, confirmado pelos principais entrevistados desta pesquisa, que o responsável pela estrutura do curso de Turismo da USP é o Prof. Mário Carlos Beni. Este professor é o responsável pela elaboração das propostas curriculares do curso da ECA.

Mário Beni iniciou sua vida acadêmica na Escola de Comunicações e Artes em 1970 como Auxiliar de Ensino Voluntário no departamento de Relações Públicas e Propaganda.

<sup>23</sup> - Entrevista gravada com o Prof. Nestor Goulart dos Reis Filho em 30 de outubro de 2001.

<sup>24</sup> - Processo RUSP n° 33.039/72, p. 198.

Em abril de 1971, Mário Beni foi aprovado no concurso que este departamento realizou para a disciplina recém criada de Turismo e Desenvolvimento. A partir de 1972, além de lecionar na ECA, o professor ministra as disciplinas de Teoria e Técnica de Turismo e também Planejamento e Organização do Turismo nas faculdades Morumbi e Ibero-Americana. Em 1972, Mário Beni é designado pelo diretor da ECA, Manuel Nunes Dias, para elaborar o plano curricular do curso de Turismo da USP. Para tanto, o professor afirma em seu memorial ter consultado alguns centros de estudos no exterior, notadamente o Centro des Hautes Études de Tourisme da Universidade de Aix-en-Provence, sob a orientação do Prof. René Baretje.

Solicitou-se, em entrevista, ao Prof. Mário Beni que relatasse o surgimento do curso:

**Mário Beni:** Na época tivemos bastante resistência por parte do Conselho Universitário e da própria ECA, que não imaginava a necessidade de se desenvolver um curso de Turismo. Depois houve o interesse de outras unidades da USP, sabendo que a Escola de Comunicações pensava em desenvolver o curso de Turismo. A FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo] se interessou; a própria FEA [Faculdade de Economia e Administração] se interessou; a área de Geografia da Faculdade de Filosofia também teve interesse, mas nós tivemos a habilidade. Eu pessoalmente coordenando um grupo envolvendo professores de todas estas áreas. Trouxemos para coordenador do curso o Prof. Antônio Rocha Penteado, que era titular do departamento de Geografia. Isto nos deu muita força. Trouxemos o Prof. José Ferreira Carrato do departamento de História. Da Economia, eu convidei o Prof. Wilson Rabahy, que veio da FEA e hoje é titular da ECA. Quer dizer, para cada disciplina do curso de Turismo, nós trouxemos um professor titular de outras unidades da universidade. (...) O que eu fiz? Isto é importantíssimo você colocar. Como eu não tinha quadros docentes no início, Turismo foi o primeiro curso na própria USP que trabalhou a interdisciplinaridade com diferentes unidades. O curso de Turismo, que tem uma grande necessidade de interdisciplinaridade, nasceu e só poderia nascer numa universidade como a de São Paulo.

[...]

**Pergunta:** Não deve ter sido fácil. A reforma universitária era recente. A resistência deve ter sido grande...

**Mário Beni:** Era uma resistência curiosa. Não era direta. Nunca, em nenhum momento a resistência foi assim no sentido aberto, de críticas ou de qualquer coisa, isto nunca houve. Havia ações que solapavam as iniciativas do curso etc. É nesse sentido que a coisa acontecia, mas nunca diretamente.

[...]

**Pergunta:** A aprovação em 1975 no Conselho Universitário deve ter sido calorosa, pois o regimento da USP era recente quando este curso foi criado; era de 1972.

**Mário Beni:** E pegou uma fase em que a própria ECA era contestada enquanto unidade isolada. A própria ECA tinha dificuldades. Não é tão diferente. Hoje ainda, apesar de ser uma escola consolidada, com mais de trinta cursos, ela ainda tem dificuldades. O pessoal da área clássica, científica, questiona a área de Comunicação, a área de Turismo. Foi um



longo caminho até hoje o Turismo chegar a ser um dos cursos mais solicitados da USP.<sup>25</sup>

O processo de criação do curso de Turismo é incluído novamente na pauta de reunião do Conselho Universitário em 22/12/1975. Em 29/12/75, o Conselho Universitário da USP se reúne para deliberar, entre outros temas, sobre o curso de Turismo. Este é o último processo a ser aprovado nesta reunião, no antepenúltimo dia do ano:

Em discussão o Processo 33.039/72, de interesse da Escola de Comunicação e Artes, que trata da criação e organização do Curso de Turismo na ECA, face à decisão do CEPE. Amplamente discutida a matéria, o Conselho aprova a criação e organização do citado Curso, por 41 (quarenta e um) votos contra 10 (dez), havendo 7 (sete) em branco. Decide o Conselho que nenhum Curso mais terá início na USP, sem que haja autorização prévia deste Colegiado, evitando-se, destarte, fatos consumados, caso deste Processo.<sup>26</sup>

Os votos contrários à aprovação do curso não foram registrados nominalmente, impossibilitando conhecer quais conselheiros votaram contra. Cabe destacar que a maioria do colegiado não aprovou a forma como este curso iniciou seu funcionamento sem a autorização do Conselho Universitário. Deve-se a isto o adendo final da ata desta reunião afirmando que eles estavam ratificando um fato consumado e que isto doravante não deveria se repetir.

O reconhecimento do curso de Turismo da USP é solicitado em 27 de dezembro de 1977 ao Conselho Estadual de Educação pelo diretor da ECA que substituiu o Prof. Manuel Nunes Dias: o ex-coordenador da Câmara de Graduação do CEPE, Prof. Antônio Guimarães Ferri. O curso é aprovado pelo Conselho Estadual de Educação com o parecer CEE 578/78 e reconhecido pelo Decreto 82.244 de 11/09/78, publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade de São Paulo é a primeira universidade de renome internacional a criar o curso superior de Turismo. Isto não só no Brasil, mas no mundo. Num contato inicial com o tema, pretendia-se desvendar os debates teóricos que os intelectuais da universidade dedicaram à criação desta nova carreira no ensino superior. Buscavam-se discussões acaloradas sobre o saber e suas divisões acadêmicas. Cogitava-se que a academia debateria novos cursos superiores sob o ponto de vista epistemológico da compartimentação didática do conhecimento universitário. É possível que isto tenha acontecido; entretanto, não é o que ficou registrado na documentação que sobreviveu do período.

A criação de um novo curso superior é apresentada na documentação como apenas decorrência de atos administrativos. Porém, tais atos não são fruto da vontade arbitrária de burocratas encastelados em aparelhos do Estado. Envolvem interesses, pressões sociais, propostas educativas e uma visão do mundo que se pretende legar através da educação. A criação de cursos superiores de Turismo não resultou de um planejamento conscientemente articulado. O mundo da cultura e, portanto, da educação são dinâmicos. Inicia-se um processo de reforma educacional – no caso, a reforma universitária – então,

<sup>25</sup> - Entrevista gravada com o Prof. Mário Carlos Beni em 17 de outubro de 2001.

<sup>26</sup> - Ata da 682ª Sessão do Conselho Universitário da USP, 29 de dezembro de 1975, p. 12.

um sujeito histórico concreto, uma instituição de ensino, ou um conselho de educadores atuam dependendo da ocasião. E muito do que foi criado no campo educacional dos anos 1960 e da década de 1970 dependeu disso: ocasião. Ocasião como configuração favorável de fatores e pessoas que aproveitaram a oportunidade. Pode parecer uma obviedade, mas a institucionalização do Turismo como curso universitário contou com vários fatores favoráveis e com pessoas que aproveitaram a oportunidade. Neste trabalho, descreveu-se brevemente alguns dos fatores favoráveis e as pessoas que aproveitaram a ocasião.

No início deste trabalho buscava-se epistemologia sob bases idealistas, como se a compartimentação didática dos saberes acadêmicos viesse antes das práticas educacionais; isto se mostrou um equívoco. A epistemologia, como bem demonstra a entrevista de Nestor Goulart dos Reis Filho, também é uma prática cultural, não se encontra descolada das relações sociais que perpassam o ambiente acadêmico. Estudar um caso concreto, como o da institucionalização do Turismo como curso universitário, desfaz esta falsa dicotomia entre epistemologia e história. Nesse sentido, é possível que estudos sobre a criação de outras carreiras acadêmicas tragam mais luz aos embates travados na universidade brasileira nas últimas décadas. Universidade que é fruto de práticas sociais concretas, aliás, como tudo nesta vida. O surgimento de carreiras acadêmicas novas na universidade brasileira nas décadas de 1960 e 1970 deu-se num período de profundos debates sobre o papel da universidade em nosso país. Por um lado, as áreas científicas tradicionais, como Física, Biologia ou Química, por exemplo, buscavam uma especialização crescente, privilegiando a pesquisa. No entanto, as faculdades de formação profissional, como a Engenharia, Direito e Medicina, entre outras, continuaram em seu papel de formação profissional como função imprescindível ao ensino superior. Neste sentido, unidades novas na Universidade de São Paulo, como a Escola de Comunicação e Artes, destacaram esta segunda possibilidade de concepção do papel da universidade no Brasil. No entanto, encarando o desafio de profissões inéditas até então, como foi o caso de formação em Turismo aqui analisada. Tais possibilidades diversas convivendo numa mesma universidade ocorreram devido ao fator de diversificação do ensino superior provocada pela então recente Reforma Universitária. O estudo de outros cursos de graduação criados nas décadas de 1960 e 1970, ou mesmo posteriormente, deverá levar em consideração as discussões contemporâneas sobre o papel desejado para as universidades brasileiras. É bem provável que o processo de criação do curso de Turismo também tenha ocorrido de maneira análoga com outras carreiras de formação profissional no ensino superior brasileiro. Porém, são outras histórias.

***THE INSTITUTIONALIZATION OF TOURISM AS UNIVERSITY STUDY – DECADES OF 1960 AND 1970***

*Abstract*

*This text is about the appearing of Tourism graduation courses in Brazilian colleges. To this, the creation of the curricula at the Federal Board of Education was studied and the emergence of Tourism graduation courses offered by private universities. The creation of the first Tourism course in a public university – at the beginning of the 70's at the School of Communications and Art of São Paulo University – is emphasized.*

*Keywords: Tourism graduation. School of Communication and Arts. USP.*

## REFERÊNCIAS

CATUREGLY, Maria Geny. **O ensino de Turismo e os agentes de viagens: as realidades de Madrid, Roma e São Paulo.** São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. 1990.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A institucionalização do Turismo como curso universitário.** São Paulo: PUC. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo. 2002.

MARTINS, Maria Helena Pires. **ECA: retrato em branco e preto (cinema e música).** São Paulo: USP. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 1988.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A expansão do ensino superior e o Conselho Federal de Educação.** Brasília: UnB. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. 1984.

Artigo recebido em 04/06/2012. Aceito para publicação em 09/10/2012.